

XVII Congresso Brasileiro de Sociologia

20 a 23 de Julho de 2015, Porto Alegre (RS)

Grupo de Trabalho: GT17 - Movimentos sociais, organizações de representação e lutas por direitos no campo

Título do Trabalho: Sindicalismo Rural e Capital Político: as mobilizações de fumicultores dos anos 1980 no Vale do Rio Pardo/RS

Fabricio Teló – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ)

Este trabalho analisa as mobilizações dos fumicultores da Região do Vale do Rio Pardo, na região central do Rio Grande do Sul, durante os anos 1980, sobretudo as greves¹ realizadas nos anos de 1986 e 1989 reivindicando das empresas o pagamento de preços mais altos ao fumo vendido a elas, bem como as disputas por capital político envolvidas nesses processos.

Vivia-se um contexto de abertura política iniciada ainda no final dos anos 1970, quando os militares começaram a perder força e as mobilizações populares tiveram um significativo crescimento. Alguns momentos importantes marcam esse processo: a Lei de Anistia de 1979, o que permitiu a volta de diversas lideranças até então exiladas em razão da ditadura civil-militar (1964-1985), a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, a Campanha Diretas Já, em 1984, a instauração da Assembleia Nacional Constituinte, em 1985, e a promulgação da Constituição de 1988. Este contexto permitiu que se fortalecessem também no campo novos atores sociais e novas perspectivas políticas. O texto procura discutir o sindicalismo rural nesse período na região a partir das referidas mobilizações e a consequente criação de um novo ator político: o Sindicato dos Trabalhadores na Cultura do Fumo (Sintrafumo).

As principais fontes de reflexão foram entrevistas semi-estruturadas com lideranças da época, reportagens de jornais e conversas informais com fumicultores durante o trabalho de campo etnográfico desenvolvido durante o ano de 2013 em Santa Cruz do Sul. Além desta introdução e de uma síntese final, este trabalho está dividido em quatro partes. Na primeira destaca-se o papel desempenhado pela Comissão Pastoral da Terra no processo de formação de novos atores políticos no campo, especificamente as oposições sindicais. Nas duas partes seguintes trata-se das greves de 1986 e 1989, respectivamente, e na última discute-se a experiência da criação do Sintrafumo.

¹ O uso do termo “greve” demonstra uma apropriação de uma linguagem típica do operariado urbano. Embora o problema do preço não fosse novo, foi apenas no contexto dos anos 1980 que as mobilizações assumiram a forma de “greve”, com a interrupção da entrada da matéria-prima (as folhas de tabaco) nas empresas. Inspirado em Goffman, Cefaï (2007) chama atenção para a dimensão dramaturgic das ações sociais, que se estende para as ações coletivas, ou seja, há uma encenação e uma performance que necessariamente devem ser realizadas pelas organizações para “ganhar existência” e participar do “jogo”. No caso em questão, a performance adotada para atingir esse objetivo foi a deflagração de “greve”.

A Comissão Pastoral da Terra – CPT

Com um histórico de fundamental importância na mediação das lutas dos agricultores nas mais diversas situações de vulnerabilidade social, defendendo uma posição crítica e de resistência às formas de exploração a que os agricultores estão sujeitos, a CPT foi decisiva na construção das greves dos fumicultores.

A origem desta organização está associada ao crescimento, a partir da década de 1960, e sobretudo na década de 1970, da Teologia da Libertação, uma forma de interpretação bíblica que se voltava aos pobres e compreendia que a fé sem obras seria uma fé vazia. Simpáticos ao pensamento marxista, os religiosos dessa linha passaram a defender outro modelo de intervenção nas organizações políticas da sociedade. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nesse sentido, foram um importante instrumento de politização da população, pois promoviam espaços de reflexão e debate acerca dos problemas de cada comunidade e incentivavam a pensar em possíveis soluções. Isto favorecia a formação de novas lideranças e a construção de associações e movimentos sociais. O Concílio Vaticano II (1962-1965) e a Segunda Conferência do Episcopado Latino-Americano em Medellín, na Colômbia, em 1968, são marcos importantes nesse processo de fortalecimento da ala mais próxima da esquerda política no interior da Igreja, uma vez que estas reuniões eclesiais serviram como espaços de afirmação dos pobres como o público prioritário da ação social eclesial.

No bojo destas redefinições, ganhou força também no meio eclesial a importância do tema da função social da propriedade. No âmbito da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), isso era defendido ainda no início dos anos 1960, com a liderança de Dom Helder Pessoa Câmara, uma das principais lideranças da Igreja no Brasil. Em 1964, com a mudança da direção da CNBB e com o golpe, – a ver qual a relação entre esses dois fatos – este debate acabou perdendo força (SCHALLENMUELLER, 2011). Elegeu-se para o cargo de presidente, Dom Agnelo Rossi, para Vice, Dom Avelar Brandão Vilela e, para Secretário Geral, Dom José Gonçalves Costa, um grupo que seguia uma linha política diferente de Dom Helder Câmara.

Em 1971, com a eleição de Dom Aloisio Lorscheider para a presidência da entidade, secretariado por seu primo, Dom José Ivo Lorscheider, cria-se um

ambiente político em que os progressistas passam a ter mais espaço. Nesse mesmo ano, um grupo de religiosos e leigos liderados por Dom Pedro Casaldáliga – à época bispo de Goiás Velho (GO) – começaram a reivindicar da Igreja um posicionamento diante do aumento dos conflitos fundiários, sobretudo no Norte e no Centro-Oeste do país. A criação da Comissão Pastoral da Terra, em 1975, é fruto desse processo de fortalecimento dos bispos progressistas sensibilizados com os problemas gerados pela concentração e pela especulação fundiária (POLETTTO, 2010).

Inicialmente a atuação da CPT abrangia apenas as regiões acima mencionadas dada a maior gravidade dos conflitos. Mas não demorou muito para que outras regiões fossem incorporadas. No Rio Grande do Sul, já em 1977, um grupo de religiosos iniciou a organização da Comissão. Neste período, porém já estava em funcionamento a Frente Agrária Gaúcha (FAG), organização semelhante à CPT, porém criada entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960, durante o episcopado de Dom Vicente Scherer. O pressuposto dessa organização era que a melhoria da vida dos trabalhadores do campo viria mais pela modernização da agricultura do que pela reforma agrária. Um grupo de religiosos que atuava na FAG e que começou a discordar desse pressuposto viu na CPT um novo espaço de atuação e decidiu deixar a FAG e passar para a CPT, o que proporcionou um fortalecimento desta em detrimento daquela².

Picolotto (2011) destaca a importância dessa comissão pastoral na organização de chapas de oposição às lideranças até então constituídas junto aos sindicatos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag/RS), na intenção de fortalecer o que se chamou de Novo Sindicalismo, que se pretendia mais combativo, de maior enfrentamento e mais próximo das bases. Já em 1980, a CPT manifestava preocupação com a exploração sofrida pelos fumicultores, como mostra um artigo publicado por um de seus assessores no Jornal *Movimento*, dirigindo duras críticas ao Sindicato que representava as indústrias

² A CPT assessorou as primeiras ocupações de terra no norte do estado, que deram origem a movimentos sociais de luta pela terra com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Desde 1978, a CPT do Rio Grande do Sul coordena as Romarias da Terra, caminhadas religiosas cujas temáticas são escolhidas a partir das principais demandas da população pobre do campo.

do fumo e à Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra)³ por estar aceitando de forma submissa as propostas das empresas para o preço do fumo. Esse assessor era João Pedro Stédile, que ajudou na organização da greve de 1986 e firmou-se como uma liderança central do MST⁴.

Em suma, diversos religiosos engajados na CPT assumiram papel fundamental na organização das mobilizações dos fumicultores nos anos 1980. A forma como se deram esses processos será melhor apresentada nos itens a seguir.

A greve de 1986

As mobilizações para o processo que ficou conhecido como a “greve de 86” ou como os “piquetes” começaram com a insatisfação dos produtores em relação à proposta de reajuste oferecida pelas empresas para o preço do fumo da safra 1985/86. Foi oferecido um preço 240% acima do ano anterior, porém a inflação havia sido superior a essa porcentagem, de modo que, na prática, esse valor significaria uma redução significativa na remuneração dos produtores.

Dentre as diversas lideranças da CPT que contribuíram na mobilização dos fumicultores, destacam-se o Padre Antônio Bremm, então pároco de VA; João Pedro Stédile, à época funcionário da Secretaria Estadual de Agricultura; Frei Sergio Göergen, que atualmente trabalha na coordenação estadual do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), e Vilson Antonello, um irmão marista, que, à época, trabalhava em Cortado, distrito do município de Novos Cabrais, região central do estado. As freiras da congregação das irmãs da Divina Providência também tiveram participação importante no apoio à organização de grupos e pastorais sociais que serviam de base para a mobilização política dos fumicultores. O projeto “Tempo de escutar o povo”, da Diocese de Santa Cruz do Sul, iniciado em 1981, no qual faziam-se assembleias comunitárias, depois paroquiais, posteriormente de comarca e, por fim, diocesanas, foi apontado pelo Padre Antônio como um instrumento importante para a promoção da discussão pública a respeito dos problemas coletivos locais. De acordo com o relato do

³ A Afubra foi fundada em 1955 e tem como um dos principais objetivos a gestão de um seguro mútuo para a lavoura dos produtores contra os prejuízos causados pelas chuvas de granizo que ocorrem frequentemente.

⁴ STÉDILE, João P. Produtores espoliados pelas multas. *Movimento*, 16 a 22/06/1980. Disponível em www.bndigital.bn.br. Consulta em 22/04/2015.

então pároco da cidade, a realização das “missões populares” realizadas em 1985 pelos freis franciscanos, que tinham uma preocupação com as questões sociais, também é apontada como um fator que contribuiu nesse processo (Padre Antônio Bremm, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 04/10/2013).

Sendo a religião um componente importante na vida dos colonos, especialmente no que se refere à construção de valores, o discurso de representantes da Igreja é digno de ser ouvido. Isso pode ser lido, na perspectiva de Bourdieu (2011) como uma transferência de capital de um campo a outro, ou seja, o capital religioso das lideranças eclesiais é transferido para o campo político e utilizado como instrumento de mobilização. A transgressão da ordem estabelecida (sustentada em boa parte pelas empresas e pela religião), por meio da greve, estava sendo legitimada por um representante de uma instituição fundamental na construção do que era entendido como ordem.

A tática era o bloqueio dos acessos aos pátios das empresas, impedindo que o fumo fosse recebido. A maioria dos participantes das atividades da greve eram jovens, que se revezavam. Quem ficasse mais tempo fora de casa, nos piquetes, recebia ajuda de outros envolvidos com o movimento, que iam nas propriedades dos que estavam nas mobilizações para fazer os serviços mais urgentes. Os piquetes inicialmente foram realizados nas empresas de Venâncio Aires, estendendo-se posteriormente para as de Santa Cruz do Sul, município polo da região.

Uma das principais dificuldades apontadas por Rogerio Heinen⁵, uma das lideranças, foi a oposição feita pelas entidades até então instituídas como representantes dos produtores, quais sejam, a Afubra e os sindicatos da Fetag/RS e da Farsul, que se sentiram deslegitimados pelo movimento e viam nesta mobilização uma afronta à sua autoridade como entidades oficiais de representação política dos agricultores⁶. Nas palavras de Bourdieu (2011), era o

⁵ Heinen destaca que uma influência importante para sua inserção na política foi a Pastoral da Juventude, à época, uma organização da Igreja Católica próxima à perspectiva da Teologia da Libertação e voltada à formação política dos jovens.

⁶ Seria um erro considerar essas três entidades como um tecido homogêneo. Houve algumas lideranças da Fetag/RS, como seu secretário geral, Plínio Henz, que fez algumas afirmações públicas no sentido de contribuir com a mobilização, cobrando um reajuste maior das empresas. Uma análise mais aprofundada da complexidade dessas disputas poderá ser objeto de análise de outro trabalho.

capital político dessas organizações que estava em jogo, já que o protagonismo das ações estava sendo assumido por outros atores que passaram a fazer parte da disputa no interior daquele campo político.

O desfecho da greve se deu quando as empresas propuseram um aumento de mais 15% no preço do tabaco para a safra daquele ano, com a promessa de que, para o ano seguinte, o preço iria ser definido mais cedo e seria feita a correção da inflação. Assim, mesmo que o percentual acordado para o reajuste não tenha sido o esperado pelos produtores, as dificuldades na manutenção da mobilização, tais como falta de alimentos e despesas diversas, fizeram com que os grevistas decidissem pelo fim do movimento.

A greve, no entanto, promoveu vários avanços para a organização política dos fumicultores e proporcionou que eles fizessem uma avaliação a respeito do papel das entidades oficiais de representação política que, conforme Etges (1991), teriam se omitido diante da mobilização. Ficou mais claro para os agricultores as posições políticas que os sindicatos assumiam. Talvez o principal aprendizado político tenha sido esta percepção de que outras formas de atuação política, para além daquelas até então praticadas pelos sindicatos, eram possíveis de serem levadas a cabo. Houve uma quebra de valores, de modo que a interrupção do acesso ao pátio das empresas – ato até então enquadrado como uma atitude inapropriada – passou a ser percebido como uma prática legítima tendo em vista o alcance de um objetivo maior. Este processo provocou modificações na estrutura de posições do campo político em questão, pois os atores até então hegemônicos passaram a ter que conviver com novos atores em disputa pela representatividade política dos fumicultores.

Um elemento interessante a ser analisado é a importância da imprensa no processo de legitimação e fortalecimento da mobilização. Conforme o relato de Rogério Heinen, inicialmente a imprensa local não noticiava a greve e, portanto, havia uma dificuldade para que o movimento se tornasse um fato político relevante a nível regional e estadual. Em contato com Olívio Dutra, então deputado federal pelo PT, Rogério Heinen recebeu dele a sugestão de buscar chamar a atenção de um repórter (conhecido de Olívio, que tinha certa sensibilidade para com as mobilizações populares) da Rádio Guaíba, de Porto Alegre. A ideia era que este repórter divulgasse o movimento dos fumicultores em seu programa (denominado Guaíba Revista), que tinha abrangência

estadual. “Quando conseguimos abrir esse espaço e divulgar a mobilização na Rádio Guaíba, foi notícia em toda a região. Então as rádios locais abriram espaço” (Rogerio Heinen, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 16/05/2013). A greve foi notícia também em jornais de circulação nacional, como o *Jornal do Brasil* e a *Tribuna da Imprensa*⁷.

Champagne (1998) chama a atenção para o papel da imprensa no jogo político e menciona a existência de um campo político-jornalístico, no qual boa parte do que se concebe como realidade é definido a partir do que a mídia designa como tal. “As manifestações passam a participar plenamente do jogo político quando a imprensa fala a seu respeito” (CHAMPAGNE, 1998, p. 209). Os fumicultores, portanto, ao se tornarem notícia em um nível mais amplo, obrigaram a imprensa local a dar mais visibilidade às suas demandas, marcaram posição na arena pública e se fortaleceram enquanto atores políticos. Os próprios fumicultores passaram a ter mais esperança em reação à mobilização.

Era na imprensa que se tornavam públicas também as disputas entre as diferentes forças políticas em disputa. Ao *Jornal do Brasil*, por exemplo, em sua edição de 11/06/1986, o então secretário da Afubra, ao se referir à greve, afirmou se tratar de uma “parcela não-significativa” dos fumicultores que estaria à frente da mobilização e que, embora tivessem o direito de expressar sua manifestação, deveriam “evitar exagero”, pois havia outros fumicultores querendo efetuar a venda de seu produto. Percebe-se, neste exemplo, uma tentativa de deslegitimação de um processo de mobilização que estava questionando a forma de atuação da referida associação e, portanto, colocando em xeque a sua posição hegemônica no campo político da representação dos fumicultores.

Uma das lideranças avalia a greve da seguinte forma:

A partir daí [da greve], a indústria começa a tratar o agricultor um pouco diferente, começa a considerar um cidadão, porque, para muita gente (...) o plantador de fumo não era cidadão. (...) A partir daí o próprio agricultor começa a exigir dos prefeitos... Porque nós descobrimos quanto imposto nós gerávamos. Porque não se atendiam as estradas do interior, a educação no interior era muito ruim, porque se dizia que nós não produzíamos imposto e aí nós conseguimos descobrir que, na região aqui, quem sustentava os municípios era a produção de fumo. Até então a gente não sabia (Rogerio Heinen, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 16/05/2013).

⁷ Piquete para entrega de fumo no sul. *Jornal do Brasil*, 11/01/1986; Fumageiros fazem piquetes. *Jornal do Brasil*, 17/01/1986; Ameaça agora é também ficar sem o cigarro. *Tribuna da Imprensa*, 17/01/1986. Disponível em www.bndigital.bn.br. Consulta em 22/04/2015.

Esse empoderamento dos fumicultores se evidenciou nas negociações do preço do fumo na safra seguinte (1986/87), tal como demonstra uma reportagem do *Jornal do Brasil*, de 20/12/1986, na qual consta que os fumicultores usaram a memória da greve como uma forma de barganhar um reajuste melhor⁸.

De todo modo, esta experiência de mobilização de massa deixou um legado de aprendizado e de incentivo à participação política para os que dela participaram, especialmente no que se refere a disputas por cargos nas eleições municipais da região e a participações na construção de novas entidades de organização política como o Sintrafumo e o MPA.

A greve de 1989

Fruto desta primeira experiência, a greve de 1989 teve praticamente as mesmas causas, porém foi iniciada em Santa Cruz do Sul. O contexto de crise econômica que caracterizou a greve de 1986 permanecia ainda vigente. Fazendo uso do aprendizado anterior, o “movimento de 89” teve um poder de mobilização maior e conseguiu ter mais impacto no campo político do município e da região. Aproveitando da oportunidade política gerada pela assinatura de um acordo entre o Sindicato das Indústrias do Fumo (Sindifumo)⁹, Afubra, federações laboral e patronal da agricultura dos três estados do Sul e mais um representante do STR de Santa Cruz do Sul, que estabelecia um reajuste de apenas 40% no preço do fumo, quando o esperado era 200%, em função da alta inflação da época, iniciou-se um processo de mobilização a fim manifestar insatisfação em relação à assinatura deste acordo. Esta mobilização contou com a liderança inicial mais expressiva de Albino Gewehr¹⁰ e de Dalvo Schmidt¹¹ e

⁸ Fumicultores gaúchos não aceitam 30% de reajuste. *Jornal do Brasil*, 20/12/1986. Disponível em www.bndigital.bn.br. Consulta em 22/04/2015.

⁹ Atualmente denominado Sinditabaco.

¹⁰ À época, Albino era um técnico agrícola que trabalhava em uma indústria do setor do tabaco e pediu demissão por não concordar com a forma como eram tratados os fumicultores. Natural de Candelária, município próximo a Santa Cruz do Sul, Albino voltou para a casa de seus pais e iniciou uma plantação de fumo. Baseado no conhecimento adquirido em seu curso de técnico agrícola e com a experiência de trabalho na indústria, elaborou um estudo econômico da produção de tabaco e concluiu que havia uma intensa exploração dos fumicultores por parte das fumageiras. Por isso seu intenso engajamento nas lutas dos produtores.

¹¹ Dalvo é filho de colonos do interior de Santa Cruz. Quando adolescente, e, 1969, foi para Bom Princípio/RS, para estudar no Seminário dos Irmãos Maristas. Em 1970 mudou-se para um seminário de Lajeado, mas teve que voltar para casa a fim de cuidar de seu pai, que estava doente. Sócio do STR, participou de diversas chapas de oposição sindical, nenhuma eleita.

era realizada através principalmente de contatos com membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT), com destaque para o Padre Ciso Lima, militantes de partidos políticos, especialmente do PT, e por laços pessoais de parentesco e amizade (IORIO, 1993).

Esse processo de mobilização gerou a realização de uma reunião de diversas lideranças de Santa Cruz e região nas dependências da Câmara de Vereadores do município. A principal deliberação dessa reunião foi a convocação de uma grande assembleia dos fumicultores da região para a semana seguinte. Para se ter uma ideia cronológica dos fatos, a reunião entre o Sindifumo e as entidades representativas dos produtores ocorreu no dia 31 de janeiro de 1989; a reunião entre as lideranças dos fumicultores aconteceu no dia 16 de fevereiro e a grande assembleia, no dia 22 do mesmo mês. Apesar de toda a propaganda contrária realizada pelo STR, pela Afubra e pelo Sindifumo, a mobilização logrou reunir cerca de dois mil produtores em frente ao Parque da Oktoberfest. Em protesto contra o baixo índice de reajuste do preço do fumo, foi feita uma passeata que passou em frente à sede de diversas entidades importantes que compõem o campo político em questão, dentre elas, a prefeitura, o STR e a Afubra. Percebe-se nessa performance a intenção de dar visibilidade pública a um processo cujo protagonismo não era das entidades até então constituídas. O fato de passar em frente às suas instalações, nesse sentido, não é desprovido de intencionalidades políticas.

Na assembleia deliberou-se pela deflagração da greve, com a realização de piquetes, tal como na greve de 1986, e pela constituição de uma comissão, composta por representantes dos diversos municípios da região, que conduziria o processo de mobilização, sob a denominação de Comissão Intermunicipal do Fumo. A intenção principal da greve era reabrir as negociações sobre o preço do fumo, uma vez que, depois da definição dos 40% definidos com as entidades oficiais, as negociações estavam encerradas. As demais pautas comentadas anteriormente também foram retomadas, porém sempre de maneira secundária.

O tempo de duração desse tipo de prática foi de duas semanas, sendo que na primeira os piquetes eram realizados nos portões das fumageiras e, na

Apenas conseguiu participar da diretoria do sindicato, quando compôs chapa única com as diretorias até então constituídas. Em 1977 participou também de uma chapa de oposição à Afubra, mas que não foi eleita.

segunda, em função da repressão policial, a tática passou a ser o trancamento de estradas no interior a fim de impedir que os caminhões de fumo conseguissem transportar o produto até as firmas. A respeito do ponto culminante da greve, Albino relata:

A polícia começou a bater nos agricultores. Tinha alta iminência de dar um enfrentamento aqui. Nós estávamos numa tática de nos desarmar e realmente muitos dos nossos agricultores vinham armados. Então a gente organizava para recolher as armas. (...) Uma noite eles colocaram os agricultores todos deitados na calçada e os brigadianos pisavam por cima das pessoas, pisavam na cabeça, pisavam nas mãos, pisavam nas coxas, pisavam nos genitais... Imagina, o cara aguentando e nós: “não, vamos aguentar na paz, vamos aguentar na paz...” e o pessoal dizia: “não, vamos reagir”. Aí deu um enfrentamento. Nós éramos 300 agricultores, tinha uns 50 ou 60 brigadianos batendo e saímos no tapa, no braço e companhia limitada. Eu fui parar no pronto-socorro porque eu levei uma batida. O cara me bateu com o cassetete na garganta aqui e tomei duas no rim. Os caras sabem bater, né. E eu não estava agredindo. Nós estávamos tentando tirar, porque houve o enfrentamento e eu entrei para tirar, mas os caras apontaram, disseram: “Olha, essa é uma das lideranças e...” Aí saímos dali. Corremos os caras. Eles se obrigaram a sair, mas eles se reorganizaram, chamaram todos os policiais que estavam na volta e foram enfrentar o nosso pessoal, que era um outro grupo grande, daí estava também o pessoal de Venâncio, tinha um pessoal de Santa Catarina e Paraná que estavam na frente da Souza Cruz e aí, então apertou, porque o nosso pessoal se preparou e deu outro grande enfrentamento. (...). Mas, na noite subsequente a esses enfrentamentos em que os caras chegaram batendo e o nosso pessoal acabou reagindo, eles fizeram essas revistas mais duras e bateram e deram soco. Fizeram de tudo com os agricultores. Aí, nós, no clarear do dia, decidimos: vamos mudar a tática, vamos fazer piquetes mais nos acessos e vamos levar a briga, já que eles querem briga, então vamos levar a briga para o nosso campo. Na cidade nós estamos em desvantagem, porque na cidade nós não dominamos as táticas. Muitos agricultores tinham se assustado e ido embora e nós estávamos vendo que o pessoal ia esvaír, mas aí nós medimos errado, porque nós estávamos achando que o pessoal estava com medo e na verdade o pessoal foi para as comunidades e disse: Olha, tem que vir mais gente, porque os caras estão batendo em nós e tal”. E acertamos em levar a tática de fazer piquetes no interior. Os piquetes no interior cresceram, explodiram. Tinha piquete organizado, com 30, 50, 100, 300 pessoas. Não passava mais ninguém, não passava caminhão e tal (Albino Gewehr, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 13/04/ 2013).

Iorio (1993) chama a atenção para o papel importante assumido pelo bispo diocesano de Santa Cruz do Sul, no processo de mediação deste conflito. Em um de seus escritos, o bispo teria se colocado “a favor dos mais fracos”. Embora não tenha feito uma defesa direta do movimento, deu a entender que apoiava os grevistas. Para se colocar como mediador do conflito, fazia uso da figura de “pastor do rebanho”, que estaria acima de qualquer diferença, para ter

legitimidade para dialogar tanto com um lado, quanto com o outro. Este é o relato do bispo sobre sua mediação no conflito:

Naquela ocasião, eu tentei fazer isto (referindo-se a colocar em prática a doutrina social da Igreja estabelecida por Leão XIII na encíclica *Rerum Novarum*). Eu não sabia de nada. Era novo aqui na região. De repente eu vi grupos de fumicultores sentados nas esquinas, por exemplo, na entrada para Vale do Sol, Herveiras... Vi no jornal também que eles foram lá nas fábricas, nas empresas de fumo e tentaram entrar para reivindicar melhores preços, porque se acharam muito passados para trás e, ao invés de os empresários, naquele tempo, chamarem uma delegação e negociar, eles simplesmente chamaram a polícia, a brigada, que bateu (!) e não havia muito a tradição do diálogo. Aí eu cheguei, eu tinha visita pastoral em Herveiras, nas montanhas, daí cheguei em Boa Esperança e encontrei várias pessoas cheias de sangue, mas cheias (com ênfase) de sangue. Eu falei: "Meu Deus, mas o que é isto?!" O presidente da diretoria da comunidade católica, ainda sangrando, mas já enfaixado disse: "O velho aqui apanhou muito. Estás vendo, não é? Mas nós temos direitos!" E também líderes da Igreja Evangélica, portanto um povo geralmente nada violento, não é... líderes da Igreja Católica e da Igreja Evangélica do mesmo jeito. O que eu fiz? Fui ao juiz e contei (...) Aí eu fui também no sindicato dos empresários e falei: "Vem cá!" Eles estavam realmente tensos. Falaram: "A condição é esta" e deram condições. Então eu falei para os agricultores: "Olha, tem essas condições que eles põem e vocês podem pensar em cumprir. Não são imorais as condições... - não invadir as empresas, etc. - são até razoáveis, não é? Então essa foi mais ou menos a minha parte. Naturalmente eu fui tachado pela elite como comunista e perigoso. Eu não tenho nada de perigoso. Mas eu garanto que se um deles tivesse ido comigo lá para Herveiras, encontrar aquele povo simples cheio de sangue, eles iam mudar o pensamento, mas eles não têm contato com a classe mais baixa, então eles acham que isso é comunismo, que isso é desordem (Dom Sinésio Bohn, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 02/05/ 2013).

Percebe-se nesta fala do bispo uma associação entre a perspectiva marxista da luta de classes com uma ideia de violência física. Caberia refletir se esta interpretação é ingênua ou se tem outras intenções por trás dela. Mas este não é o foco do trabalho. Fica aberta a questão. O que importa deixar registrado é o papel de conciliador de classes assumido pelo bispo na ocasião da greve de 1989. Para tanto, ele convocou uma reunião com os representantes da Comissão Intermunicipal do Fumo, do STR, da Afubra e diversas autoridades políticas locais e regionais, com a finalidade de dar fim à violência que estava caracterizando as relações entre agricultores e policiais, que em última instância estavam agindo em favor dos empresários. Desta reunião, de acordo com Iorio (1993), ficou encaminhado que a Comissão Intermunicipal do Fumo se comprometeria a suspender os piquetes e o STR e a Afubra se comprometeriam a escutar as reivindicações dos produtores.

Um fator que contribuiu para a finalização da greve, como apontado por Albino, foi o aumento do grau de violência que caracterizava os embates com a polícia militar, o que gerou a perda do apoio de forças políticas até então parceiras:

Logo depois houve reuniões políticas dos prefeitos do PDS, que decidiram tirar todo o apoio, nos abandonaram. O pessoal (em geral) dizia: “Ah, mas o pessoal do PMDB é mais brigador”. (Mas) eles também fizeram uma reunião e o pessoal do PMDB se retirou. Retirou o apoio, no sentido de falar: “São uns bagunceiros, vai virar guerra...” Inclusive do PDT, alguns que eram mais liderança do PDT: “Ah, não vamos nos meter...” Aí no finalzinho de março a greve deu enfrentamento (novamente): tiros, quase mataram um agricultor em Herveiras. Aí decidimos: “bom, vamos parar com o movimento e vamos transformar a comissão intermunicipal em uma comissão pró-sindicato” (Albino Gewehr, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 13/04/2013).

Outro fator que enfraqueceu a greve foi uma estratégia utilizadas pelas empresas: o ataque à reputação dos grevistas. Um fato relatado por diversos fumicultores foi a tentativa bem sucedida da Souza Cruz de desmoralizar o movimento através do pagamento de prostitutas que começaram a oferecer seus serviços em um estabelecimento comercial próximo ao local onde estavam se concentrando os colonos. Conforme os relatos dos produtores, isto prejudicou significativamente o movimento, já que passou a ser associado a uma imagem de bagunça, boemia e farra, ao invés de um sentido de pressão política. Através das fofocas, a reputação das pessoas que dele participavam foi comprometida, o que as afastou. Os apoiadores do setor industrial exploravam fortemente este fato, a fim de deslegitimar o movimento.

Bailey (1971) destaca a importância da reputação para a “pequena política”, aquela realizada no cotidiano das interações face a face, sobretudo nos contextos de comunidades camponesas em que todos os membros se conhecem e avaliam suas reputações mutuamente. “A reputação de uma pessoa não é uma qualidade que ela possui, mas a opinião que as outras pessoas têm a respeito dela” (BAILEY, 1971, p. 4). A inserção das prostitutas no cenário político, portanto, fez com que a opinião das pessoas da “comunidade moral” (termo usado pelo autor para se referir ao grupo, cujos membros avaliam suas reputações uns dos outros) a respeito dos participantes da greve ficasse negativa, de modo a dificultar a adesão de novos agricultores ao movimento e a incentivar a desmobilização dos que já estavam participando.

Vários relatos também enfatizaram que diversos agricultores não eram fiéis ao acordo de não entregar o fumo. Eles participavam da mobilização, inclusive dos piquetes nas estradas, durante o dia, mas à noite, quando as estradas estavam liberadas, transportavam o fumo até as fumageiras. Isso também era um fator que enfraquecia a greve.

Tais processos são marcados por intensos dilemas para os envolvidos, visto que valores, mesmo que provisoriamente, precisam ser quebrados para dar lugar a outros, que muitas vezes, contradizem os iniciais, ou seja, uma situação enquadrada inicialmente como “bagunça”, precisa passar a ser enquadrada como uma forma legítima de ação política.

De modo semelhante ao processo de 1986, a greve de 1989 não obteve o êxito desejado em relação às pautas defendidas, mas a mobilização gerou frutos significativos em relação à organização política, pois trouxe novos atores à cena (IORIO, 1993). O principal deles foi a construção do Sindicato Estadual dos Trabalhadores na Cultura do Fumo, o Sintrafumo, objeto de discussão do próximo item do trabalho. Embora não tenha conquistado pautas concretas significativas, a mobilização fez os colonos saírem de seus locais, colocou suas questões no espaço público, fez com que diferentes forças se envolvessem e, o mais importante, demarcou que os produtores são também sujeitos políticos que devem ter sua voz ouvida.

Os “Rurais” da CUT e o Sintrafumo

Conforme o ex-presidente da entidade, Albino Gewehr, a ideia da criação do Sintrafumo foi fortalecida em função da conclusão dos agricultores de que a realização de greves, tais quais as duas que haviam realizado, já não constituíam a estratégia política mais adequada, uma vez que o enfrentamento maior ocorria com a polícia, o que ia contra a moral dos colonos, e não com as empresas, como era o objetivo, o que gerava mais desgastes do que avanços.

Albino conta que a construção do Sintrafumo se deu a partir do trabalho de cerca de 20 lideranças, praticamente as mesmas que durante a greve compuseram a Comissão Intermunicipal do Fumo. Provindas dos municípios próximos a Santa Cruz, algumas em situação econômica minimamente estável, outras bem mais vulneráveis, a maior parte delas era filiada ou mantinha uma relação muito próxima com o PT. Assim como na greve de 1986 e também nas

diversas mobilizações que caracterizaram esse período da redemocratização, havia grande predominância de jovens na liderança. O próprio Albino Gewehr, que assumiu a presidência do sindicato, era o mais jovem do grupo.

Para o processo de mobilização, essas lideranças se dividiram por regiões para convidar os colonos a se associarem. Dalvo Schmidt, um santa-cruzeiro que participou como liderança, relata que foi preciso buscar agricultores para se associarem a fim de tornar o Sintrafumo um sindicato viável. Cada sócio iria pagar cinco cruzados novos (moeda utilizada no Brasil na época) para custear as despesas decorrentes da mobilização. Segundo Dalvo, com um total de cerca de cinco mil sócios (que não eram apenas de Santa Cruz, mas também dos municípios da redondeza), foi possível somar um total de aproximadamente 25 mil cruzados novos.

O fato de as lideranças da greve terem relações com o PT as aproximou também do sindicalismo cutista, de modo que a construção do Sintrafumo conduziu-o para sua filiação à CUT¹². Este momento histórico coincide com a criação do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT, em um contexto de intensos debates acerca da pertinência da entrada dos pequenos produtores rurais nessa central sindical. Por eles serem proprietários dos meios de produção (terra, instrumentos de trabalho etc.), havia um grupo contrário à inserção desta categoria argumentando que esse segmento configuraria outra classe. Mas a importância da defesa da reforma agrária e as lutas dos pequenos produtores, especialmente no Sul do país, deram legitimidade para a acolhida da CUT aos “rurais” (NOVAES, 1991).

Conquistado esse espaço, outro debate colocava em questão a existência de sindicatos específicos por categoria (fumicultores, avicultores, suinocultores, etc.) ou de sindicatos para trabalhadores do campo em geral. No seu primeiro Congresso em 1989, o DNTR optou pela recomendação de avaliar caso a caso: “Não há regra geral que indique a manutenção de sindicato único por base

¹² Essa proximidade maior com o PT foi um elemento que diferenciou também a greve de 1989 em relação à de 1986, pois nesta não havia predominância de nenhum partido. Conforme alguns relatos ouvidos durante a pesquisa, isso evitava que agricultores avessos a determinados partidos deixassem de participar em função da associação entre a mobilização e o partido. Algumas lideranças da greve de 1986, como Ornélio Sausen, por exemplo, cita essa característica como um ponto positivo daquela mobilização (atualmente Sausen é presidente do Sindicato Rural de Venâncio Aires). No caso do Sintrafumo, a associação entre suas lideranças e o PT influenciou decisivamente a não inserção de agricultores contrários a esse partido e a consequente fragilidade deste novo ator no campo político em questão.

municipal. Mas também não se trata de fundar sindicatos específicos por categoria sem que sejam dadas as condições para isto” (CONGRESSO DNTR/CUT, 1989, apud NOVAES, 1991, p. 192). Albino Gewehr relata os motivos pelos quais as lideranças das greves decidiram pela criação de um sindicato específico de fumicultores e como foi sua inserção na CUT:

Os sindicatos tradicionais fecham com a Afubra, nos traem, fecham com a indústria. Então nós temos que ter um sindicato nosso, de fumicultores mesmo, não como a Afubra. A maioria que estava na Afubra era gente que trabalhou em fumageira, que era muito ligado a fumageira e tinha aquela dependência. Se a Afubra enfrenta as fumageiras, ela quebra porque quem recolhe o seguro da Afubra a campo são os orientadores, os instrutores (das indústrias) (...) Neste mesmo tempo, nós tínhamos um assessoramento de dois freis franciscanos e também assessoramento do Pró-Departamento da CUT (...). Tinha uma divergência dentro da CUT se fazia sindicato por categoria ou não. Nesse mesmo período tinha o debate sobre o sindicato dos avicultores em Santa Catarina. E essa região ali de Montenegro estava fazendo um debate sobre o sindicato dos silvicultores, do pessoal que plantava florestas exóticas. No debate nós convencemos o pessoal da CUT de que precisava ser por aí (sindicatos por categoria). Eles promoveram dois seminários que nos envolveram. (...) os avicultores de Santa Catarina também fincaram o pé e nós também. Então, decidimos: “vamos criar o sindicato e queremos acompanhamento político da CUT. Queremos construir a CUT também”. Dentro da CUT tinha gente que dizia que era bom, tinha gente que dizia que não. Mas foi um rico debate (Albino Gewehr, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 13/04/2013).

Interessante notar também que essa vinculação do Sintrafumo à CUT interferiu também na mudança do próprio nome da entidade. Inicialmente o nome era Sindicato dos Fumicultores do Rio Grande do Sul. Depois, em um movimento de aproximação à identidade cutista, o nome passou a ser Sindicato dos Trabalhadores na Cultura do Fumo do Rio Grande do Sul, a fim de destacar que, embora proprietários, eles eram também trabalhadores, portanto, da mesma classe dos demais membros daquela central sindical. Dessa forma, o DNTR apoiou o novo sindicato, inclusive com a presença do então presidente dos “rurais”, no dia da reunião para a construção da chapa que iria concorrer à direção da entidade.

Durante a sua atuação, o Sintrafumo procurou mediar a construção de outros problemas públicos para além da questão do preço do fumo. Albino destaca quatro eixos temáticos que nortearam a pauta do sindicato: a saúde dos produtores, o trabalho infantil, a comercialização do tabaco e, por fim, a

discussão sobre o controle da produção, questão que viria a se intensificar nos anos 2000 com a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT)¹³.

Com relação ao primeiro aspecto, a principal crítica foi à utilização intensa de agrotóxicos e a necessidade de recolhimento das embalagens destes produtos. “A indústria dizia que era impossível, mas um tempo depois começaram a fazer” (Albino Gewehr, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 13/04/2013). Hoje, quem articula este recolhimento é o Sinditabaco em parceria com a Afubra. Eles criaram, no ano 2000, o Programa de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos. Ainda inserido no tema da saúde, o Sintrafumo chamava a atenção para o *Green Tobacco Sickness*, ou Doença do Tabaco Verde, uma consequência do contato direto da folha molhada do fumo com a pele, em um processo em que a nicotina entra no corpo através dos poros e vai para a corrente sanguínea, gerando mal-estar, vômitos e fraqueza. Atualmente, uma das determinações das empresas é a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual, os famosos EPIs, que, segundo os agricultores, “ninguém quer usar” em função do desconforto que eles geram para o trabalhador, especialmente por causa do calor.

No que se refere ao trabalho infantil, Albino destaca que o Sintrafumo foi um dos primeiros a admitir: “sim, nas nossas propriedades, as crianças trabalham, há trabalho infantil, sim. Ele é cultural, ele é histórico...” E, nesse sentido, colocava-se um paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que isto era denunciado como algo negativo, que deveria ser mudado, era também utilizado como um argumento para a contabilidade dos custos de produção para fins de definição do preço do fumo, ou seja, o Sintrafumo argumentava que o trabalho dos filhos dos agricultores também deveria ser considerado como um “custo de

¹³ Desde os anos 1960, no âmbito das Nações Unidas, o combate ao tabagismo tem sido uma questão importante, mas foi apenas nos anos 1990 que ações mais objetivas começaram a ser pensadas a nível internacional. Assim, em 1999, na 56ª Assembleia Mundial da Saúde, deliberou-se pela realização de um tratado internacional em que os países acordados se comprometeriam a estimular ações de controle e redução da produção e consumo do tabaco. Depois de quatro anos de negociação, a CQCT foi aprovada por unanimidade pela mesma assembleia, em 2003, com a presença de 192 países que, no mesmo ano, iniciaram os processos de ratificação em seus países. O Brasil assumiu uma posição importante na condução da construção da convenção e, em 2005, o Senado Brasileiro a ratificou. Este processo gerou uma situação de quase pânico geral nas regiões cujas economias giram em torno da produção e industrialização do tabaco. Afinal de contas, era a sobrevivência de milhares de pessoas que estava em jogo. Os fumicultores passaram a se sentir ameaçados e perseguidos enquanto categoria profissional e isso passou a ser uma questão central na disputa por representação política entre as organizações.

produção”, para que o tabaco fosse melhor pago aos produtores. Ainda hoje esta questão está presente nas discussões dos colonos, sobretudo em função do trabalho dos auditores do Ministério do Trabalho, que visitam as propriedades para fiscalizar a ocorrência desta prática. “Aquilo foi meio contraditório. Mas foi importante porque trouxe o tema do trabalho infantil para a pauta e a indústria teve que responder sobre isso” (Albino Gewehr, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 13/04/2013), ou seja, a despeito das divergências entre os próprios colonos, o Sintrafumo foi mediador da construção do trabalho infantil como um problema público, que se mantém na arena pública até hoje como uma questão importante.

O terceiro eixo de ação era relacionado à renda. A reivindicação era que a compra do fumo fosse feita na propriedade do produtor, de modo que ele pudesse acompanhar de perto a classificação das folhas do tabaco, proposta semelhante àquela apresentada pelo deputado Mario Limberger, comentada no capítulo primeiro. Uma das principais queixas dos colonos era o fato de que, muitas vezes, o fumo era mal classificado no intuito da empresa de, conforme a necessidade, pagar um valor inferior ao devido de acordo com a classificação correta.

Por fim, antes mesmo da eclosão da Convenção-Quadro, as lideranças do Sintrafumo já levantavam a questão do controle da produção do tabaco. “Por que nós estamos plantando cada vez mais fumo, se o mundo tende a fumar cada vez menos, se o mundo está se organizando para reduzir o tabagismo, para alertar as pessoas do risco?” (Albino Gewehr, entrevista ao autor, Santa Cruz do Sul, 13/04/2013). Era uma questão que entrava em conflito com a própria identidade do sindicato. Como uma organização de fumicultores iria levantar questões a respeito de restrições à própria fumicultura? À época esta parece não ter se tornado, de fato, um problema público, já que a nível local não havia iniciativas governamentais no sentido de promover a redução do plantio ou, no limite, sua interrupção. Como veremos no último capítulo, este veio a ser o principal problema público para os fumicultores nos anos 2000 e o assunto mais comentado, tanto pelos colonos durante o trabalho de campo, quanto pelas diversas lideranças.

A despeito da contrapropaganda feita pelas empresas, que questionavam a honestidade e a reputação das lideranças, especialmente no que se refere à

aplicação dos recursos recolhidos dos fumicultores, o Sintrafumo conseguiu crescer e se manter em atividade por um tempo¹⁴. Os fatores apontados por duas lideranças como causadores do enfraquecimento do sindicato foram: 1) a falta de uma política de arrecadação de recursos a partir do pagamento de taxas por parte dos agricultores associados, já que a estratégia que haviam definido era, por sugestão dos sindicatos urbanos, arrecadar recursos a partir de uma porcentagem na venda do fumo de cada produtor, que seria recolhida pelas empresas e repassada ao sindicato, mas esta estratégia não deu certo, porque isto ia contra os interesses das empresas, que não aceitaram a proposta; 2) a pressão feita por um grupo de sindicalistas do próprio DNTR/CUT que não concordava com a existência de sindicatos por ramos de produção, a despeito da carta do Ministério do Trabalho, que já tinha oficializado a existência do Sintrafumo; 3) a necessidade de responder processos judiciais iniciados pelas empresas contra as lideranças do sindicato e não contra o sindicato em si, o que acabava desgastando-as sobremaneira e enfraquecendo indiretamente a organização; 4) falta de tempo das lideranças para levar adiante as atividades e a falta de outras lideranças dispostas a fazê-lo; 5) o fato de as lideranças passarem a disputar cargos políticos nas eleições, especialmente a de 1994, em que o então presidente se candidatou a deputado federal pelo PT, um partido ainda bastante rejeitado à época, na região, especialmente por representar, para os colonos, um partido ligado ao temido comunismo, e 6) o fato de o Sintrafumo ter entrado em descrédito junto aos agricultores em função de não ter conseguido ser aceito no seletivo grupo das entidades que negociam o preço do fumo (Albino Gewehr e Ari Thessig, entrevistas ao autor, Santa Cruz do Sul, 13/04/2013 e 06/05/2013, respectivamente).

Para a reflexão a que se propõe este trabalho o ponto que se destaca é o último, pois evidencia claramente que o Sintrafumo não conseguiu o espaço necessário no campo político para competir politicamente com as demais organizações já consolidadas. Para os fumicultores, a negociação do preço do fumo é crucial pois é o que determina se eles terão ou não renda naquele ano. Para eles, portanto, a não participação de uma organização nesse espaço de negociação é um sinal evidente de sua fragilidade, o que dificulta o engajamento

¹⁴ O Sintrafumo foi fundado oficialmente em 15 de setembro de 1989 e funcionou até 1996.

nas atividades que ela promove, bem como seu reconhecimento público e, conseqüentemente, torna-se mais difícil o acúmulo de capital político.

Depois da desativação do Sintrafumo, em 1996, boa parte das lideranças passou a participar, no final dos anos 90, da construção do MPA nos municípios da região de Santa Cruz, como foi o caso de Wilson Rabuske e Rogerio Heinen. Outros dirigentes foram para a Fetraf, oficialmente fundada cinco anos depois como Fetraf-Sul, como foi o caso de Albino Gewehr. Diversos deles ingressaram na política partidária disputando diversos cargos políticos, desde vereador até deputado (João Kist e Ari Thessig, por exemplo). Outros ainda compuseram oposições aos sindicatos da Fetag e, quando vitoriosos, levaram o sindicato para a Fetraf ou disputaram uma visão nova dentro da Fetag, como é o caso de Passo do Sobrado, Cruzeiro do Sul, Encruzilhada do Sul, dentre outros.

Considerações finais

O contexto de abertura política que caracterizou os anos 1980 permitiu o surgimento de novos atores políticos que provocaram movimentações nas peças do tabuleiro político das organizações de representação política dos fumicultores. Embora não tenham substituído os atores até então consolidados (Afubra e sindicatos da Fetag/RS e da Farsul), essas novas organizações obrigaram as antigas a reverem sua forma de atuação e a traçar estratégias para competir pela representação dos produtores. Esse tipo de processo se deu tanto no campo religioso, com a construção da CPT, quanto no campo sindical-partidário, com a criação da CUT e do PT, e provocou fatos políticos sem precedentes, com as greves apresentadas nesse trabalho e a criação de sindicatos igualmente inesperados, como o Sintrafumo.

Referências:

BAILEY, Frederick G. *Gifts and Poison: the politics of reputation*. Oxford: Basil Blackwell, 1971.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CEFAÏ, Daniel. *Pourquoi se mobilise-t-on? Les théories de l'action collective*. Paris: La Découverte/Mauss, 2007.

CHAMPAGNE, Patrick. Formar a opinião: o novo jogo político. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

ETGES, Virgínia E. *Sujeição e Resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo*. Santa Cruz do Sul/RS: Editora da FISC, 1991.

IORIO, Maria C. De O. *Fumicultores em greve: um estudo de representação Político-Sindical*. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1993.

NOVAES, Regina R. Contag e CUT: continuidades e rupturas da organização sindical no campo. In: BOITO Jr, Armando [et. al.] (orgs.) *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

PICOLOTTO, Everton L. *As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

POLETTO, Ivo. A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CARTER, Miguel. *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

SCHALLENMUELLER, Christin J. *Tradição e Profecia: o pensamento político da CNBB e seu contexto social e intelectual (1952-1964)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.